



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1415, DE 2021

Voto de repúdio ao Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, pelo trabalho que vem desenvolvendo no combate ao desmatamento da Floresta Amazônica, pelo desmonte dos principais órgãos de apoio de sua Pasta, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e por suas declarações durante coletiva ocorrida na Cúpula dos Líderes sobre o Clima, realizada nesta semana.

DESPACHO: Encaminhe-se

AUTORIA: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jader Barbalho

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de repúdio ao Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, pelo trabalho que vem desenvolvendo no combate ao desmatando da Floresta Amazônica, pelo desmonte dos principais órgãos de apoio de sua Pasta, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e por suas declarações durante coletiva ocorrida na Cúpula dos Líderes sobre o Clima, realizada nesta semana.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

Estudo realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em 2020, revelou aumento de 94% no desmatamento em relação ao ano de 2019, sendo a maior taxa de desmatamento na Amazônia Legal dos últimos dez anos. Além disso, o estudo apontou para a interiorização do “Arco do Desmatamento”, que despontava ao longo de rodovias como a Transamazônica, BR-163 e PA-279 e pressionava Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

A inerte política de preservação ambiental do atual governo resultou, lamentavelmente, na maior taxa de desmatamento na Amazônia em dez anos para o mês de março, segundo dados do Instituto Imazon. A Amazônia perdeu 810 quilômetros quadrados de floresta em março deste ano. Para se ter uma dimensão do estrago, o tamanho da área devastada é um pouco maior que a cidade de Goiânia. O desmatamento aumentou 216% em relação a março de 2020.

Fato mais claro que representa a inoperância do Ministério do Meio Ambiente, que definha a olhos vistos, pode ser traduzido no fato de o Brasil contar



SF/21664.36483-77 (LexEdit)

com um montante de R\$ 2,9 bilhões no Fundo Amazônia, suspenso desde 2019, após o Ministro Ricardo Salles mostrar as reais intenções para a sua utilização.

Ricardo Salles desautoriza qualquer órgão ou autoridade que age na proteção do nosso rico patrimônio natural, cito como exemplo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), onde fiscais são transferidos como punição por agir com rigor ao autorizar a destruição legal de máquinas de infratores flagrados em ações de desmatamento ilegal, ato este previsto no artigo 111 do Decreto 6.514, de 2008, que trata de infrações ao meio ambiente e que permite destruir e inutilizar instrumentos usados em infrações ambientais

É notório o aumento do desmatamento, das queimadas e da ação de madeireiros e garimpeiros ilegais na Amazônia. Tudo isso ocorre em meio ao enxugamento dos órgãos de fiscalização. Além do Ibama, passa também por processo de desmonte o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pelas unidades de conservação e dos centros de pesquisas, que ficou sem suas 11 coordenações regionais. Na região Norte, onde está a maior parte do bioma Amazônia, foram fechadas três coordenações regionais.

No ano passado, Ricardo Salles publicou portaria no Diário Oficial da União (DOU), determinando a criação de um grupo de trabalho para analisar uma possível fusão entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. O GT é composto por policiais militares e indicados políticos ligados à bancada ruralista que não tem conhecimento da temática ambiental. Se tal decisão prosseguir, será o desmonte das políticas ambientais no país.

Ou seja, todas as ações que o Ministério comandado por Ricardo Salles adotou até o momento, vão no sentido de enfraquecer e deslegitimar os órgãos de Meio Ambiente, diminuindo o orçamento e desqualificando as ações dos servidores.

Quero me ater, mais especificamente ao Fundo Amazônia, motivado, sobretudo pela inapropriada estratégia do Governo Federal de focar o discurso frente às principais lideranças mundiais, durante a realização da Cúpula do Clima, realizada na semana passada, na “necessidade de recursos para manter a preservação da Amazônia”.

No discurso lido na Cúpula de Líderes sobre o Clima, o presidente Jair Bolsonaro prometeu duplicar os recursos para a fiscalização ambiental e fez um apelo por contribuições internacionais, na linha do que vem defendendo Ricardo

Salles. O ministro tem afirmado que o país “precisa de US\$ 1 bilhão para diminuir o desmatamento no curto prazo”.

Ora, se precisam de recurso internacionais, por qual razão o ministro Salles cometeu a proeza de dismantelar o acordo bilionário do Fundo Amazônia com Noruega e Alemanha, em nome da soberania supostamente ameaçada?

Perdemos recursos dos principais doadores e mantemos R\$ 2,9 bilhões bloqueados no Fundo por desacordo entre o Brasil, a Noruega e a Alemanha. Então me pergunto: para que mais recursos? Qual país vai acreditar em um governo que muda as regras de acordos de forma unilateral e que hoje, um dia após prometer mais verba para fiscalização ambiental na Cúpula de Líderes sobre o Clima, o presidente Jair Bolsonaro, ao sancionar o orçamento, cortou quase R\$240 milhões do Ministério do Meio Ambiente para as áreas relacionadas a mudanças do clima, controle de incêndios florestais e fomento a projetos de conservação do meio ambiente?

Sala das Sessões, 23 de abril de 2021.

Senador Jader Barbalho
(MDB - PA)



SF/21664.36483-77 (LexEdit)